

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM UMA EMPRESA DO SEGMENTO DE FERRAGENS¹

Bruna de Almeida Maciel¹; Claudia Wisoski; Tainá Maria Pereira²
Roberto Kemper; Frankimar Wilson Mazetto; Jeancarlo Zuanazzi³

RESUMO

A comercialização do aço-carbono no Brasil movimenta uma parcela da economia do país. Ele está presente em nosso dia-a-dia das variadas formas. O objetivo deste estudo foi verificar o regime tributário adequado para uma empresa do comércio de ferragens. Para estruturação deste estudo, foi realizada uma pesquisa pelo método indutivo, o nível de pesquisa descritiva, o delineamento foi o estudo de campo, o instrumento de coleta de dados foi a entrevista, realizada com um dos responsáveis pela administração da empresa observada. A amostra foi uma revenda de ferros do município de Chapecó-SC e os dados foram analisados qualitativamente. Mediante aos dados obtidos foi constituída uma empresa no segmento de comercialização de ferragens, integralizando um capital social de R\$ 100.000,00 pelos sócios, e realizado um empréstimo no valor de R\$256.000,00. Destes valores foram deixados, R\$15.000,00 em caixa e R\$ 331.000,00 em conta corrente no banco, investindo R\$4.000,00 em moveis para o departamento administrativo e financeiro e R\$ 6.000,00 em equipamentos para escritório, totalizando um valor de R\$ 356.000,00 no balanço inicial. Ao final do demonstrativo do resultado, tributado pelo regime do simples nacional, atingindo um lucro no valor de R\$ 395.644,86. Finalizando o ano de 2015 com um patrimônio no valor de R\$ 665.115,86.

Palavras-chave: Regime tributário. Comércio. Ferragens.

1 INTRODUÇÃO

A importância do planejamento como gestão é auxiliar através de uma prática a redução de encargos tributários, por meio de alternativas complexas dentro das organizações dando através desta, maiores benefícios com a redução dos impostos (POHLMANN, 2012).

O gerenciamento dos tributos é importante, mas seu principal foco são os processos e as pessoas, pois cada organização existe uma característica própria e é importante identificá-las para saber quais impostos que incidem nas atividades desenvolvidas e facilitar no seu faturamento (CARLIN, 2008). De acordo com Fabretti (2006 p., 29): “a legislação tributária frequentemente atropela os resultados econômicos para, por imposição legal, adaptá-los as suas exigências e dar-lhes outro valor (resultado fiscal), que nada tem a ver com o resultado contábil”. O planejamento tributário dentro de uma entidade do segmento de comercialização

¹ Atividade Corporativa desenvolvida do curso de Ciências Contábeis envolvendo as disciplinas do semestre.

² Acadêmicas de Ciências Contábeis da UCEFF. E-mail: tainapereira84@gmail.com.

³ Professores orientadores da pesquisa. E-mail: roberto@kemper.cnt.br; frankimazetto@hotmail.com; jzuanazzi@gmail.com.

varejista e atacadista de ferragens e ferramentas é um processo que antecede os fatos direta e indiretamente à economia de tributos (CHAVES, 2008).

Para elaboração de um bom planejamento tributário é necessário avaliar os custos e benefícios, pois os mesmos se alteram de acordo com os valores. Além disso o planejamento diminuiu a quantidade de tributos a recolher (FABRETTI, 2006). Para Alves (2006 p., 02): “planejamento tributário é a atividade que, feita de maneira exclusivamente preventiva, prevê, coordena e projeta atos e negócios com o objetivo de determinar qual é o meio menos oneroso para a realização destes mesmos atos e negócios”.

A tributação tem como objetivo gerenciar as atividades desenvolvidas dentro de uma empresa, pois assim ela pode prever e projetar os atos e fatos administrativos com o intuito de indicar as responsabilidades tributárias disponíveis e legais para cada uma delas (LATORRACA, 2000).

O comércio varejista e atacadista de ferragens e ferramentas é um segmento que trabalha principalmente com matéria prima fornecida em construções civis, é um comércio que está crescendo no país pela sua variabilidade e resistência em sua utilidade (BRANGAFER, 2016). Diante do exposto, apresenta-se a questão problema do estudo: **Qual o regime tributário adequado para uma empresa comercial do segmento de ferragens?** O objetivo deste estudo foi verificar o regime tributário adequado para uma empresa do comércio de ferragens.

O estudo justifica-se pela importância da gestão tributária, por referir-se ao comércio tem grande influência na administração do fluxo de custos no segmento comércio de ferragens. Ele é importante no gerenciamento dentro das organizações, pois procura a forma mais onerosa e legal na diminuição dos encargos tributários, auxiliando seus administradores e gestores responsáveis pela entidade.

A contribuição da gestão tributária comercial se dá pela sua forma complexa de analisar as empresas e determinar seus regimes, pois cada uma tem uma característica diferente e é função dela identificá-las. Este estudo contribui com pesquisas através dos conhecimentos adquiridos com o auxílio, apoio dos autores e pesquisas bibliográficas, informações de sites e portais sobre o tema proposto, trazendo assim discussões relacionadas ao tema que foi estudado.

2 AMBIENTE DE ESTUDO

O comércio de ferro e aço é um conjunto de atividades relacionadas a venda de matéria prima proveniente do carbono, que geralmente é utilizada em construções civis e para finalização de produtos para os mesmos fins da construção civil. Esta matéria prima é bastante usual e foi um dos primeiros materiais a serem encontrados, onde foi bastante utilizado, mas atingiu seu ápice no período da Revolução Industrial na fabricação de linhas ferroviárias.

Sendo uma liga metálica, o aço carbono se forma do ferro e do carbono. Geralmente seu percentual máximo varia de 1,65% para 0,6% de manganês, cobre e silício. O percentual de cobre deve ser de pelo menos 0,4% (EXCELENTE INFORMAÇÃO, 2012).

A maior parte do aço produzido no mundo é do tipo aço-carbono. Em regra geral, quanto maior o teor de carbono do aço, maior é sua dureza e menor sua ductilidade (CIMM, 2016). As fábricas de materiais de aço carbono, durante a transformação da matéria prima, acrescentam um percentual de carbono junto ao ferro, para poder sedimentar as estruturas nele e solidificar o seu resultado (EXCELENTE INFORMAÇÃO, 2012).

A utilização do aço inicia-se, com o surgimento dos maquinários, nos quais seus produtos se fazem necessários a população. Os alimentos, automóveis, portões, grades, exemplo, são alguns exemplos de como o aço está em nossas vidas, até mesmo em detalhes, vemos assim, a contribuição dele para o bem-estar do ser humano (AÇO BRASIL, 2016).

No Brasil, o comércio do aço e a exportação do mesmo, é caracterizada pela qualidade das minas de minério e outros fatores, que o tornam um competidor no mercado, apesar de pequeno. As principais usinas de produção, as quais representam o Brasil e 80% de sua produção neste setor são, por exemplo, a Gerdau, Arcelor Mittal, Usiminas, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). “O nível de exportação de aço é mais suscetível aos efeitos da dinâmica do setor do que propriamente de variações na taxa de câmbio”. (INFOMET, 2013).

De uma maneira, em geral o aço, se faz presente no nosso dia a dia, em grandes ou pequenas coisas. Segundo o site do Instituto Aço Brasil (2016):

O aço está presente nos carros, caminhões, ônibus, trens, metrô, navios, bicicletas e motocicletas. Transporta a população, interliga cidades e conduz as cargas, distribuindo riquezas e espalhando progresso. Largamente usado na construção civil, o aço pode estar presente como parte das obras ou como material principal (Aço Brasil, 2016).

Atualmente, o uso do aço em nossas vidas se torna indispensável, a sua produção tem sido um grande indicador a interferir no desenvolvimento da economia do país. Para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do material, as siderúrgicas têm investido em pesquisas, pois a sua produção deve ser feita de maneira alternada, sempre buscando a melhoria constante do produto para o nosso uso e consumo (AÇO BRASIL, 2016).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Buscando trazer suporte teórico ao presente estudo, este tópico aborda os fundamentos relacionados ao planejamento tributário dentro das empresas no segmento varejista e atacadista de ferragens e ferramentas, como: a história e a evolução da contabilidade, contabilidade tributária, economia e administração financeira e orçamento.

3.1 A HISTORIA E A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

O interesse sobre o conhecimento contábil é bastante antigo, evidências mostram que essa ciência surgiu na antiga babilônia há mais de quatro mil anos, época em que o homem já buscava formas de mesurar e controlar seu patrimônio (SOUZA, 2014).

Os primeiros vestígios de registros foram às paredes das cavernas, onde o homem rudimentar fez suas primeiras anotações como forma de controle referente à caça, a pesca e atividades do dia-a-dia. Com a evolução humana, surge então a economia, que se iniciou com a troca de produtos, porém ainda bastante primitiva, pois necessitava de um maior controle (MARQUES, 2010). Obstinação em inventar algo que facilitasse ainda mais esse domínio, criou-se então, as moedas. Com o surgimento das moedas, o comércio, as negociações e os empréstimos se amplificaram e conseqüentemente, surgiu à necessidade de pessoas responsáveis no controle dessas informações, inicialmente chamados de guarda-livros (MARQUES, 2010).

O desenvolvimento da contabilidade está ligado ao surgimento do capitalismo, conforme o homem passou a adquirir uma maior quantidade de propriedades e riquezas suas preocupações também aumentaram. O inquietava a busca por formas simples que poderiam aumentar sua rentabilidade e aperfeiçoar suas formas de controle. Desde a antiguidade o patrimônio é sinônimo de inquietação para os homens e a contabilidade chega com informações que possibilitam esse conhecimento, e assim um domínio maior sobre seus bens (IUDÍCIBUS, 2000).

Um dos principais marcos dessa ciência foi a obra publicada pelo frei e matemático Luca Pacioli, o primeiro a publicar um livro relevante sobre o assunto e que possibilitou seu reconhecimento. Este desenvolveu um método simples conhecido como partidas dobradas, que afirma que todos os débitos correspondem aos créditos, ou seja, que se somarmos os saldos devedores este deverá ser igual ao saldo credor, método que até hoje é utilizado (SOUZA, 2014).

De acordo com Sá (2002, p. 29) “Contabilidade, por muito tempo, significou escrita, manutenção de livros de escrituração de “contas”, apresentação de saldos de contas e de dados sobre acontecimentos havidos nos negócios e até com os empresários”. Ela se resumia em práticas mais básicas que se aperfeiçoaram com o passar do tempo. Para Marques (2010, p. 64):

A contabilidade desde o seu aparecimento como conjunto ordenado de conhecimentos, com objeto e finalidade definidos, tem sido considerada como arte, como técnica ou como ciências, de acordo com a orientação seguida pelos doutrinadores ao enquadrá-la no elenco do saber humano.

Porém, ainda há pessoas que conservam concepções ultrapassadas onde a contabilidade resume-se em um conhecimento reduzido e não na real vastidão que pode abranger. A melhor forma de defini-la segundo Sá (2002, p. 29) é como: “[...] a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com as realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”. Segundo Souza (2014, p. 19):

No Brasil, atribui-se a evolução da profissão à presença cada vez maior de subsidiárias e filiais de multinacionais, desde o início do século passado, principalmente dos Estados Unidos, Japão, França, Alemanha, Inglaterra, Suécia e Suíça, e mais recentemente da Coreia, do México, Portugal, Espanha, estas últimas com investimentos concentrados nas áreas de serviços.

Estamos em uma era, onde as perspectivas para a área contábil são excelentes. Por estar em constante processo de transformação e adaptação, mudanças essas, motivadas pelo intenso crescimento econômico e globalização. As informações fornecidas estão cada vez mais precisas e atualizadas, passando a ter, cada vez mais importância para os seus usuários, burocraticamente e auxiliando crescentemente nas tomadas de decisões (MARQUES, 2010).

3.2 CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

Contabilidade tributária atua com procedimentos destinados a analisar, apurar e conciliar a geração de tributos dentro de uma empresa, possibilitando assim, alternativas para a redução da carga tributária e o cumprimento das obrigações determinadas pelo fisco (SILVA, 2010). Segundo Pohlmann (2012, p. 14):

A contabilidade tributária é a disciplina ou o ramo da contabilidade que se dedica ao estudo dos princípios, conceitos, técnicas, métodos e procedimentos aplicáveis à apuração dos tributos devidos pelas empresas e entidades em geral, a busca e análise de alternativas para a redução da carga tributária e ao cumprimento das obrigações acessórias estabelecidas pelo fisco.

Para que seja possível atingir completamente o objetivo da contabilidade tributária, é necessário ter um bom controle, estudando e registrando todos os atos e fatos que produzam mutações patrimoniais e conseqüentemente um resultado econômico (FABRETTI, 2006).

Para Fabretti (2006, p. 31):

O objetivo da contabilidade tributária é apurar com exatidão o resultado econômico do exercício social, demonstrando-o de forma clara e sintética, para, em seguida, atender de forma extra contábil as exigências das legislações do IRPJ e da Contribuição social sobre o lucro, determinando a base de cálculo fiscal para as formações de provisões destinadas ao pagamento desses tributos, as quais serão abatidas do resultado econômico (contábil), para determinação do lucro líquido a disposição dos acionistas, sócios ou titular de firma individual.

Existem diferentes tipos de tributos que se diferenciam entre taxas, contribuições de melhoria, contribuições e impostos. Todos previstos em lei. Segundo Christovão (2002, p. 10) “Tributo é todo pagamento obrigatório que não represente uma punição por ato ilícito”.

A taxa é um tributo devido quando se utiliza atividades estatais ou o poder de polícia. Já as contribuições, são cobradas com finalidades específicas para atender determinada necessidade. Utilizados como uma forma de fiscalização, os impostos arrecadam valores para a manutenção do estado. Segundo Hack (2008, p. 77) “O imposto pode ser instituído pela união, pelos estados, pelos municípios e pelo Distrito Federal, observando-se as suas competências”.

Entre os principais tributos do território nacional, vigentes hoje no Brasil, estão os de competência da União Federal, também conhecidos como tributos federais são eles: Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza (IR) é um valor anual descontado do rendimento do trabalhador ou da empresa. Imposto sobre produtos industrializados (IPI) é um imposto que incide sobre a industrialização de produtos, sendo que sua alíquota varia de conforme o produto (HACK, 2008).

Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários (IOF), incide sobre qualquer tipo de operações de crédito, câmbio, seguro ou outro tipo de operações relacionadas a títulos e valores mobiliários. Imposto de importação (II) incide sobre a importação de produtos estrangeiros. Imposto de exportação (IE) ocorre quando á saída de produtos nacionais para o exterior (HACK, 2008).

Contribuição ao programa de integração social (PIS) é uma contribuição tributária de caráter social, com objetivo de financiar o pagamento do seguro-desemprego, abono e participação na receita dos órgãos e entidades, tanto para os trabalhadores de empresas públicas, como privadas. Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS). Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços

de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS), cada estado possui uma tabela de valores, é de competência dos Estados e do Distrito Federal. (HACK, 2008).

Também existem os tributos de competência dos municípios, ou tributos municipais, são eles: imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e o imposto sobre serviços de qualquer natureza. (ISS ou ISSQN) (HACK, 2008).

Para desenvolver um bom planejamento tributário, é necessário ter um vasto conhecimento das regras que reagem à incidência dos tributos e um domínio amplo sobre a sua apuração. Possibilitando assim, medidas lícitas para reduzir o ônus tributário ou postergar a incidência de um determinado tributo (POHLMANN, 2012).

Portanto a contabilidade tributária é de suma importância para as empresas, não saber lidar com a tributação pode provocar erros contábeis, fazendo a empresa pagar mais impostos e assim tornando o seu negócio inviável, ou seja, um bom gerenciamento tributário é imprescindível (FABRETTI, 2006).

3.3 ECONOMIA

A economia como ciência social tem como objetivo estudar o fluxo e utilização de bens e serviços que são usados para suprir as necessidades humanas, pois, suas necessidades são infinitas e ilimitadas (VICECONTI, 2003).

Para Mendes (2004) ela é utilizada como instrumento de estudo dos recursos escassos na fabricação dos bens e serviços para contentamento dos desejos humanos.

A economia é a ciência social, tanto quanto a ciência política, a psicologia e a sociologia. Ela pode ser definida como o estudo da alocação (utilização) dos recursos escassos na produção de bens e serviços para a satisfação das necessidades ou dos desejos humanos. Portanto, sua principal tarefa é descobrir como o mundo econômico funciona (MENDES, 2004, p. 03).

Mochón (2007) descreve que a economia envolve as questões que estão ligadas a satisfação e em suprir as necessidades dos seres humanos na sociedade em que vivem.

De acordo com Nogami (2004, p. 14),

[...] é por isso que tanto se enfatiza a necessidade de um país crescer e se desenvolver. Invariavelmente, quanto mais um país cresce, mais empregos ele estará criando. Mais empregos significam mais salários sendo pagos na Economia. Mais salários proporcionam mais consumo, e mais consumo resulta na necessidade das empresas produzirem mais. Produzir mais significa mais mão de obra nas linhas de produção, o que resultará em mais salários gerando mais consumo, e assim sucessivamente.

Hubbard e O'Brien (2010, p. 61) acreditam que, os seres humanos agem a partir de diversos motivos, como crença religiosas, inveja e paixão. Os economistas enfatizam que os consumidores e as empresas respondem consistentemente a incentivos econômicos.

Os bens e serviços caracterizados e fabricados pelas indústrias estão organizados de diversas formas, que se denominam estruturas de mercado. Estas estruturas são quem permitem de qual forma as empresas deverá ou poderá atuar dentro da economia, como formar seus preços no mercado, qual será sua quantidade ofertada de produtos ou serviços e também analisar qual o tipo de concorrência que tem em seu ramo, conforme explicado por Wagner (2007, p. 22),

A partir da demanda e da oferta de mercado são determinados o preço e quantidade de equilíbrio de um dado bem ou serviço. O preço e a quantidade, entretanto, dependeram da particular forma ou estrutura desse mercado, ou seja, se ele é competitivo, com muitas empresas produzindo um dado produto, ou concentrado em poucas ou uma única empresa.

Mercado é um conjunto de atividades econômicas nos quais os seres humanos trocam bens e serviços, entre as partes existem os vendedores e compradores, ou seja, oferta e demanda, e isto vem ocorrendo ao longo dos tempos, desde os tempos mais primitivos, para Hall e Lieberman (2003, p. 56) mercado é: “grupo de compradores e vendedores que têm potencial para negociar uns com os outros”.

Dentro destes mercados, como já citado, existem suas estruturas, suas principais são o monopólio, oligopólio e a concorrência perfeita. Estas estruturas são agentes responsáveis por determinar quantidades de produtos e se adequar aos preços determinados por eles mesmo ou pelo mercado.

O monopólio é um agente responsável por fixar o valor do bem, pois conforme for sua demanda ele pode aumentar ou diminuir seu preço (CUNHA, 2003). Para Cunha (2003, p. 20),

as desvantagens advindas do monopólio são inúmeras, podendo-se destacar algumas mais importantes: a) o aumento indiscriminado dos preços das mercadorias representa transferências indevida de renda dos consumidores para os produtores, ocasionando ineficiência na aplicação dos recursos da sociedade, privando os consumidores, muitas vezes, de bens que poderiam adquirir, caso o preço fosse mais baixo; b) falta de concorrência leva as empresas a não desenvolverem novos produtos, estagnando sua produção, já que não precisam atrair clientes por meio de produtos cada vez melhores [...].

Já no oligopólio existe uma empresa que vai intervir no desempenho de outras empresas, Kon (1999, p. 27) relata que: “a definição de indústria no oligopólio abrange um conjunto de firmas que produzem produtos substitutos perfeitos entre si (oligopólio puro) ou substitutos próximos (oligopólio diferenciado). A conceituação do setor como um todo torna-

se difícil desde que as empresas estabelecem preços diferenciados para seus produtos, e a substituição de produtos depende de fatores como, hábitos, preferências e capacidade de gastos dos consumidores”.

Quando existe a mesma quantidade de demanda e oferta, assim nem o vendedor e nem comprador pode definir o preço do produto, mas sim o próprio mercado, isso chamamos de concorrência perfeita. Nunes (2015) destaca que, “numa situação de concorrência perfeita, cada empresa age individualmente sem necessidade de ter em conta as decisões das restantes, limitando-se a observar o preço praticado no mercado e a decidir que quantidade deseja vender a esse preço.

A economia na sociedade é encontrada nas leis do mercado, nos interesses individual e na concorrência, a maioria dos empresários vê em suas obrigações de produção, em vender seus produtos ao mais próximo ao custo de produção. O mercado não só instrui suas tarefas, mas também auxilia pessoas na escolha de suas profissões, mostrando a elas que é necessário levar em conta as necessidades da sociedade (TROSTER, 1999).

3.4 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTO

Para Lemes (2002), o principal objetivo da administração financeira para a empresa é aumentar o patrimônio dos sócios, envolvendo os negócios da empresa, principalmente para verificar quais são as melhores alternativas, conforme a sua gestão, ou seja, uma decisão financeira, que pode ser de curto ou longo prazo.

Os administradores financeiros têm a responsabilidade de coordenar as decisões que envolvem os recursos da organização, de maneira que seja viável, e não prejudique a instituição (MEGLIORINI, 2012).

Sua função principal é desenvolver um planejamento, controle, orçamento, fluxo de caixa, investimentos, previsões, financiamentos, cobrança, gerenciamentos e operações bancárias. “Uma das atividades financeiras de maior relevância é a intermediação de recursos financeiros” (LEMES, 2002, p. 05).

Elaborar um planejamento é determinar futuras ações a serem desempenhadas dentro de determinada entidade, de acordo com os recursos disponibilizados, a utilidade de cada um, dividindo as responsabilidades, para alcançar os resultados que almejam (HOJI, 2014).

De acordo com Moreira (1989, p. 15), orçamento, de um modo geral pode ser conceituado como:

Um conjunto de planos e políticas que, formalmente estabelecidos e expressos em resultados financeiros, permite à administração conhecer, a priori, os resultados

operacionais da empresa e, em seguida, executar os acompanhamentos necessários para que esses resultados sejam alcançados e os possíveis desvios sejam analisados, avaliados e corrigidos.

Segundo Lemes (2002), orçamento é a demonstração de resultados, ela nos possibilita analisá-los, como funcionou o planejamento daquele período, se ainda é viável ou não investir na empresa. Para Hoji (2014, p. 414), “o sistema orçamentário deve possibilitar o controle das atividades projetadas, por meio do sistema contábil, pois o planejamento orçamentário é elaborado com base em conceitos contábeis”.

Ao iniciar um planejamento financeiro de uma entidade, seja ele, de lucro ou de caixa, inicialmente é essencial que haja um orçamento de vendas. Pois, o mesmo servirá como base para programar a produção, as compras, investimentos, por exemplo. Para Lemes (2002, p. 517), “O orçamento de vendas deve prever as quantidades mensais de vendas por produto, ou linhas de produtos, e por cada unidade de vendas (lojas ou filiais) ”.

Após ter um orçamento de vendas, teremos uma programação de produção, então iniciamos o próximo orçamento, orçamento de produção, que “tem a finalidade de determinar a quantidade de produtos que devem ser produzidos em função das vendas planejadas, considerando – se as políticas de estoques de produtos acabados (HOJI, 2014, p. 428) ”.

Para Lemes (2002, p. 521) um orçamento de despesas operacionais é aquele que “compreende as despesas operacionais necessárias para a venda dos produtos e com a administração da empresa, incluindo as despesas financeiras tributárias”. O mesmo, é formado por outros orçamentos de despesas, que englobam as despesas com vendas, administrativas, financeiras e tributárias.

O orçamento de caixa é um registro da empresa que contém as entradas e saídas, é útil para avaliar as primordialidades da empresa. Geralmente é planejado para suprir um ano, essa previsão pode ser repartida em períodos menores, normalmente é exposto mensalmente (GITMAN, 2001).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo do estudo foi verificar o planejamento tributário de uma empresa do segmento de comércio de ferragens. Para atender o objetivo do estudo este tópico apresenta a metodologia que foi utilizada na pesquisa.

Barros e Souza (1986, p. 01) afirmam que “consiste em estudar e avaliar vários métodos disponíveis, identificando suas limitações ou a não nível das implicações de suas utilizações”. Segundo Demo (1987, p. 19), “metodologia, trata das formas de se fazer ciência.

Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar da realidade teórica e praticante”.

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 155), “metodologia é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

O método utilizado nesta pesquisa é o indutivo. Conforme Gil (2008, p.10):

Nesse método, parte-se da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer. A seguir, procura-se compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Por fim procede-se a generalização, com base na relação verificada entre os fatos ou fenômenos.

Segundo Figueiredo et al. (2012, p. 34) “o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusão cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam”.

Em relação ao nível de pesquisa utilizado, classifica-se como descritiva. Segundo Gil (1999, p. 44) “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relação entre variáveis”. Com relação ao delineamento este estudo classifica-se como estudo de caso. Para Gil (2007, p. 54) esta modalidade de pesquisa é amplamente usada nas ciências biomédicas e sociais.

O instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa é a entrevista, observação e documentos. A entrevista foi realizada com o administrador da empresa, no mês de agosto de 2016, seu roteiro conta com informações sobre o planejamento tributário. Para Gil (2008) a entrevista é uma forma de interação social, onde se busca coletar dados de outras partes para informação. A população desta pesquisa são todas as empresas do segmento de ferragens, localizadas no município de Chapecó/SC. Para Breurem (2008, p. 118) “a população é formada pela coleção de propriedades ou atributos das unidades que estão sob estudo”.

Já a amostra delimita-se a uma única empresa pertencente do segmento de comércio de ferragens. A amostra em estudo é a empresa Tubopar Comércio de Ferros LTDA EPP. “Amostra é a porção de uma população pré-definida” (PARENTE, 2005, 386).

Conforme Figueiredo et al. (2012) é interpretar os dados, considerando o conteúdo, a elaboração e a apresentação do texto, tendo maior trabalho para tratar e analisar os dados de pesquisa.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O objetivo do estudo foi verificar o planejamento tributário de uma empresa do segmento varejista e atacadista de ferragens e ferramentas. Para atender o objetivo do estudo, este tópico apresenta a análise e interpretação dos dados que inicia apresentando às características da empresa observada e na sequência os resultados dentro do período.

5.1. ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA OBSERVADA

A empresa observada foi a Tubopar Comércio de Ferros LTDA EPP, que está localizada na rua Humberto de campos, no bairro Jardim América. A revenda atua há mais de seis anos no mercado, comercializando ferragens e ferramentas. Seus principais clientes são profissionais nas áreas de esquadrias, metalúrgicas, funilarias, serralheiras.

Os produtos comercializados variam entre tubos, cantoneiras, perfis, barras e alguns acessórios. Segundo o Sócio gerente, Marcelo de Almeida Maciel, os principais clientes estão localizados na região de Chapecó e algumas cidades de Santa Catarina, já os fornecedores em diversos estados do Brasil como Piauí, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. É uma empresa que não utiliza mídias para a divulgação de seus produtos, pois normalmente clientes novos vêm por indicação de outros já fidelizados.

Grande parte das vendas são realizadas com pagamento a prazo, no boleto para 20 a 28 dias, 28/42/56 dias e uma pequena parcela com pagamentos à vista, que proporciona ao cliente 3,5% de desconto. Por ser uma empresa de pequeno porte adota o regime de tributação Simples Nacional, sua alíquota é de 8,28% e ICMS de 2,82%. Seu último faturamento anual ficou em torno de R\$ 997.173,97 no ano de 2015.

Alguns dos principais tributos pagos pela empresa são fundo de garantia de tempo de serviço (FGTS), guia da previdência social (GPS), documento de arrecadação de receitas federais (DARF).

5.2. PLANILHA REGIME TRIBUTÁRIO

A escolha do regime tributário para uma empresa é um dos passos mais importantes para dar início as atividades empresariais, pois é a partir da escolha dele que será determinado as taxas de todos os impostos que uma entidade deverá pagar. Existem três tipos de regimes, o simples nacional, o lucro presumido e o lucro real, eles são escolhidos e orientados através de uma análise de um contador qualificado.

Após observado a empresa Tubopar e feito o levantamento dos custos e despesas dos produtos, foi realizado o cálculo dos três regimes tributários para saber qual seria o mais adequado para a empresa constituída que teve como base a Tubopar.

Depois de analisado, o regime mais adequado foi o SIMPLES NACIONAL. O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (RECEITA FEDERAL, 2016).

Ele estabelece normas gerais relativas ao tratamento tributário diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2016). A empresa que for optante pelo regime do simples deverá recolher os impostos conforme as alíquotas em cima do faturamento bruto da empresa.

5.3. CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA CONSTITUIDA

A empresa Maffer Comércio de Ferragens LTDA – ME (Maffer Ferragens), fundada em 23 de junho de 2014, localizada no contorno viário Valmor Lunardi, Trecho Ernani Sander 700 – E, no bairro Parque das Palmeiras. Cadastrada no CNPJ 48.665.606/0001-14, inscrição estadual 205.890.753. No segmento de comércio de ferragens, é composta por três sócias, Bruna de Almeida Maciel portadora do CPF 135.212.389-45, Claudia Wisoski portadora do CPF 653.959.724-12 e Tainá Maria Pereira portadora do CPF 125.315.489-78.

A visão da empresa é ser referência como revenda de ferragens da região de Santa Catarina. Como missão, atender aos clientes, comerciando produtos de qualidade, resultando na satisfação de seus clientes e terceiros. A empresa tem como seu principal objetivo comercializar ferragens para clientes de pequeno e grande porte, com seus produtos semifinalizados. Os principais produtos revendidos são chapas, tubos e cantoneiras. O comércio é feito para pessoas físicas ou jurídicas, como esquadrias metalúrgicas, esquadrias, vidraçarias, e funilarias, por exemplo.

5.4 LEVANTAMENTO DAS DESPESAS E CUSTOS

Ao iniciar um negócio, é fundamental buscar informações de todas as despesas e custos que será necessário para dar início as atividades, inclusive do capital que será preciso

investir e qual a forma que deverá ser distribuído dentro da empresa, tudo deve ser muito bem planejando.

Ter um controle dos custos bem planejado dentro de uma entidade é fundamental para o bom funcionamento dela, pois, um controle de custos mal feito afeta negativamente tanto na produção de produtos ou na compra de mercadorias. Deve-se ter em mente que existe custos e despesas que são fixas e as variáveis, como despesas com fornecedores, funcionários, alugueis, telefone, e custos com produtos, mão de obra entre outros.

Os custos são aqueles gastos que uma empresa obteve na compra de matéria-prima, mão de obra, aquisição de produtos ou depreciação de equipamentos, veículos, moveis ou imóveis, já as despesas são aqueles gastos que são relativos para manter a empresa em funcionamento, como despesas administrativas, com publicidade e propaganda, e financeira.

Um dos principais benefícios da apuração destes custos e despesas, é informar se a venda ou produção de determinados produtos está gerando um lucro que vale a pena ser comercializado dentro da empresa.

A tabela 01 demonstra o investimento inicial que foi necessário para a abertura da empresa Maffer Comércio de Ferragens LTDA e onde estes recursos foram aplicados.

Tabela 01 – Investimento inicial

	Investimento Inicial	Em: R\$
Caixa		15.000,00
Banco		331.000,00
Móveis		6.000,00
Equipamentos para escritório		4.000,00
Total		356.000,00

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Observa-se na tabela 01 que capital investido foi no total de R\$ 356.000,00, para iniciar as atividades, sendo que este valor foi distribuído em partes, sendo que R\$ 15.000,00 foi deixado em caixa para eventuais despesas durante o período, R\$ 331.000,00 foi deixado em banco para pagamento de fornecedores, funcionários e compra de mercadoria, R\$ 6.000,00 foi investido em móveis para o departamento administrativo e financeiro, e R\$ 4.000,00 foi investido em equipamentos para escritório como computadores, impressora e telefones convencionais.

Das origens de recursos foi R\$ 256.000,00 foi originado através de um capital de terceiros obtido através de um empréstimo junto ao Banco BNDES sendo que o tempo para quitação desta dívida é de 24 meses, comum juro 7% ao ano. Deste empréstimo realizado,

uma parte foi utilizado para as despesas do período, e o restante investido em moveis e equipamentos para os departamentos financeiros e administrativos da empresa Maffer Comércio de Ferragens LTDA.

A Empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 256.000,00 que será pago no prazo de 24 meses a partir da data de obtenção do empréstimo, com a parcela da amortização no valor de R\$ 10.666,66 mais o acréscimo do juro com a porcentagem de 0,58% ao mês ou 7% ao ano, que é calculado mês a mês, sobre o saldo devedor contabilizando todos os meses. A empresa pagará um juro total de R\$ 13.734,40 no prazo de 24 meses, somando um total de R\$ 274.559,92 a ser pago durante o período. Do valor que foi emprestado R\$ 6.000,00 investidos em móveis, R\$ 4.000,00 foi adquirido equipamentos para escritório, R\$ 246.000,00 foi deixado em banco para pagamento de despesas e custos do período.

5.5. REGISTRO DO PATRIMONIO E RESULTADO ANUAL

O objetivo deste estudo foi verificar a contribuição da contabilidade na gestão de uma empresa comercial no segmento de ferragens. Para atender o objetivo do estudo este tópico apresenta o balanço inicial da empresa que foi realizado no dia 1 de janeiro de 2015 onde está detalhado todos as aplicações de recursos e todas as origens de recursos. Também está detalhado o último balanço patrimonial contabilizado no dia 31 de dezembro de 2015 e a demonstração de resultado do exercício (DRE) feita também no dia 31 de dezembro de 2015.

5.5.1 Balanço Patrimonial Inicial

A tabela 02 retrata a representação gráfica do balanço patrimonial inicial da empresa Maffer Comércio de Ferragens LTDA, realizado no dia 1 de janeiro de 2015. Neste balanço está detalhado todos os Bens, Direitos e Obrigações que a empresa obteve ao ser constituída.

Tabela 02 –Balanço Patrimonial Inicial

Empresa Maffer Comércio de Ferragens LTDA			
Balanço Patrimonial realizado em 01/01/2015			Em R\$
ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	<u>346.000,00</u>	CIRCULANTE	<u>128.000,00</u>
Disponível	346.000,00	Empréstimo	128.000,00
Caixa	15.000,00		
Banco	331.000,00		
NÃO CIRCULANTE	<u>10.000,00</u>	NÃO CIRCULANTE	<u>128.000,000</u>

Imobilizado	10.000,00	Empréstimo	128.000,00
Móveis	6.000,00		
Equipamentos para escritório	4.000,00		
		PATRIMONIO LIQUIDO	100.000,00
		Capital Social	100.000,00
ATIVO TOTAL:	356.000,00	PASSIVO + PL TOTAL:	356.000,00

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Através da tabela 02 verifica-se que ao ser iniciado as atividades empresariais o capital social investido pelos sócios foi de R\$100.000,00 em moeda corrente, destes R\$ 100.000,00, R\$ 5.000,00 foi deixado em caixa e R\$ 95.000,00 foi deixado em conta corrente no banco, R\$256.000,00 foi adquirido um capital de terceiros através de um empréstimo pelo banco BNDES, sendo que R\$4.000,00 foi investido em equipamentos para escritório, e R\$ 6.000,00 foi comprado móveis para os departamentos administrativo e financeiro da empresa, R\$ 10.000,00 foi deixado em caixa para eventuais despesas do período e o restante do valor de R\$ 236.000,00 foi deixado na conta corrente. Totalizando um valor de R\$ 356.000,00 recursos aplicados dos sócios e de terceiros, deste valor total, ficou R\$ 346.000,00 para capital de giro.

Este balanço patrimonial foi realizado no dia 01 de janeiro de 2015, quando a entidade deu início as suas atividades empresariais. O balanço é uma das demonstrações mais importantes dentro de uma organização, nele são registrados todos os bens, direitos e as obrigações de uma empresa. Desta forma é que são registrados todos os bens, direitos e obrigações de uma empresa.

5.5.2 Demonstração do Resultado

Na tabela 03 demonstra o resultado das atividades econômicas da empresa Maffer Comércio de Ferragens LTDA realizada no ano de 2015.

A demonstração do resultado do exercício (DRE) é um relatório contábil que é realizado nas empresas em determinados períodos, que é elaborado junto ao balanço patrimonial, geralmente ela feita anualmente, com o intuito de demonstrar os lucros ou prejuízos daquele período, ela é elabora pelo regime de competência, que deve ser na pratica feito registros de todas as transações, independentemente do recebimento ou pagamento das mercadorias, despesas ou na realização de vendas. Elas não só envolvem transações passadas, mas, também direitos ou obrigações futuras.

Para Iudícibus (2004, p.194) “A Demonstração do Resultado do Exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período. É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo) ”.

Assim como os diversos procedimentos de importância a saúde financeira das entidades, a DRE ela é uma ferramenta essencial, e tem o objetivo auxiliar os gestores ou administradores fornecendo informações necessárias que contribuem na tomada de decisão.

Sem estas informações o administrador não conseguira saber qual a real situação financeira da organização, assim podendo levar uma empresa a falência.

Tabela 03 – Demonstração do resultado anual dos três regimes tributários

Valores/Regime	Lucro Real	Lucro Presumido	Simplex Nacional
1- Receita Operacional Bruta	R\$ 1.751.541,03	R\$ 1.751.541,03	R\$ 1.751.541,03
2- (-) Deduções	-R\$ 547.356,57	-R\$ 449.270,27	-R\$ 232.604,65
(-) Devoluções	-R\$ 87.577,05	-R\$ 87.577,05	-R\$ 87.577,05
(-) ICMS	-R\$ 297.761,97	-R\$ 297.761,97	R\$ -
(-) PIS	-R\$ 28.900,43	-R\$ 11.385,02	R\$ -
(-) COFINS	-R\$ 133.117,12	-R\$ 52.546,23	R\$ -
(-) Simples s/ Vendas	R\$ -	R\$ -	-R\$ 145.027,60
3- (=) Receita Operacional Líquida	R\$ 1.204.184,45	R\$ 1.302.270,75	R\$ 1.518.936,38
4- (-) Custo das mercadorias Vendidos	-R\$ 432.337,99	-R\$ 486.563,43	-R\$ 586.221,00
(-) Valor Compras	-R\$ 586.221,00	-R\$ 586.221,00	-R\$ 586.221,00
(+) Impostos Recuperados	R\$ 153.883,01	R\$ 99.657,57	R\$ -
5- (=) Resultado Bruto	R\$ 771.846,47	R\$ 815.707,32	R\$ 932.715,38
6- (-) Despesas Operacionais	-R\$ 552.120,52	-R\$ 552.120,52	-R\$ 537.070,52
(-) Despesas com salários	-R\$ 96.320,00	-R\$ 96.320,00	-R\$ 81.270,00
(-) Despesa com depreciação	-R\$ 1.000,00	-R\$ 1.000,00	-R\$ 1.000,00
(-) Administrativas gerais	-R\$ 441.066,12	-R\$ 441.066,12	-R\$ 441.066,12
(-/+) Financeiras	-R\$ 13.734,40	-R\$ 13.734,40	-R\$ 13.734,40
(-) Despesas com juros	-R\$ 13.734,40	-R\$ 13.734,40	-R\$ 13.734,40
(+) Receitas Financeiras	R\$ -	R\$ -	R\$ -
7- (=) Resultado antes IRPJ/CSLL	R\$ 219.725,95	R\$ 263.586,80	R\$ 395.644,86
8- (-) IRPJ	R\$ 32.958,89	R\$ 21.018,49	R\$ -
9- (-) CSLL	R\$ 19.775,34	R\$ 18.916,64	R\$ -
10- (=) Resultado Líquido	R\$ 166.991,72	R\$ 223.651,67	R\$ 395.644,86
Resultado Líquido em %	9,53%	12,77%	22,59%

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Observa-se que na tabela 03 foi realizado a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) nos três modelos de regime tributário, realizado no ano de 2015 da empresa Maffer

Comércio de Ferragens LTDA, obteve uma receita bruta de R\$1.751.541,03, onde pagou uma porcentagem de 28,8% dos impostos que incidem sobre o simples nacional, totalizando um valor de R\$145.027,60 dedutivo da receita bruta. Durante o período 5% das vendas realizadas foram devolvidas. Descontando também um valor de R\$ 586.221,00 que resulta no custo das mercadorias que foram compradas durante o período no ano de 2015, totalizando um resultado bruto de R\$932.715,38, subtraindo as despesas com salários, depreciação, administrativas gerais e financeiras. Nota-se que por ter optado pelo regime do simples nacional o resultado líquido em porcentagem é de 22,59% chegando a um resultado de R\$395.644,86, sendo o lucro que a empresa obteve durante o exercício de 2015. Se a empresa optasse pelo lucro real as deduções dos impostos não seriam unificadas como observa-se na do simples nacional, tendo os descontos de ICMS, Pis e Cofins, gerando o valor de R\$ 459.689,52, acrescentado o valor das devoluções, deduzindo um total de R\$ 547.356,57 da receita operacional bruta. Sabendo-se que nos regimes do lucro real ou presumido existe o desconto de IRPJ que é 15% em cima do resultado bruto e CSLL de 9%.

Conclui-se que se a empresa optasse pelo lucro real a sua margem de retorno de capital seria menor, sendo de 9,53% ou se optasse pelo lucro presumido, seria de 12,77%, ou seja, e retorno seria menos atrativo que o do simples nacional.

5.5.3 Balanço Patrimonial Final

A tabela 04 representa graficamente o balanço patrimonial final da empresa Maffer Comercio de Ferragens LTDA, este balanço foi realizado no dia 31 de dezembro de 2015 e registro todo o período desde 01 de janeiro de 2015.

A lei exige que o balanço patrimonial seja feito a cada final de exercício que coincide no dia 31 de dezembro de cada ano. No mês de janeiro os contadores recebem todas os documentos fiscais para escrituração dos fatos contábeis no decorrer do período.

Para este balanço patrimonial ter validade ele precisa ser formulado conforme a legislação comercial, societária e fiscal que terá vigência até a sua data de encerramento. O levantamento do balanço patrimonial e a escrituração contábil são obrigações que qualquer tipo de organização, independentemente do porte ou sua forma de constituição.

Tabela 04 – Balanço Patrimonial final

Empresa Maffer Comércio de Ferragens LTDA	
Balanço Patrimonial realizado em 31/12/2015	Em
	R\$

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	<u>656.115,86</u>	CIRCULANTE	<u>169.471,00</u>
Disponível	<u>656.115,86</u>	Empréstimo	128.000,00
Caixa	15.000,00	Fornecedores	36.221,00
Banco	641.115,86	Salários a pagar	5.250,00
NÃO CIRCULANTE	<u>9.000,00</u>		
Imobilizado	<u>9.000,00</u>		
Móveis	6.000,00		
Equipamentos de Escritório	4.000,00	PATRIMONIO LÍQUIDO	<u>495.644,86</u>
(-) Depreciação Acumulada	(1.000,00)	Capital Social	100.000,00
		Lucros Acumulados	395.644,86
TOTAL ATIVO:	<u>665.115,86</u>	PASSIVO + PL TOTAL:	<u>665.115,86</u>

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Observa-se através da tabela 04 que ao final do exercício de 2015 os fatos contábeis acumulados no período registrados no patrimônio da empresa são de R\$ 665.115,86. Deste montante total, as origens de recursos foram os investimentos dos sócios no valor de R\$ 100.000,00 com mais R\$ 395.644,86 do lucro acumulado retirado da DRE do mesmo período. O restante do valor foi emprestado de terceiros, como um empréstimo de R\$ 256.000,00 sendo que no período foram pagas 12 parcelas, sem nenhuma carência nas parcelas, com um juro de 7% anual firmado junto ao banco BNDES sobrando um valor a pagar de R\$ 128.000,00 registrado no balanço, o valor de R\$ 36.221,00 ficou a ser honrado aos fornecedores de mercadorias que foram compradas durante o ano, e os salários dos funcionários a pagar de R\$ 5.250,00 referente ao décimo terceiro.

Os recursos foram aplicados e distribuídos na empresa durante o ano, sendo que R\$ 15.000,00 ficou registrado no caixa, deste montante R\$ 10.000,00 foi recebido das vendas de mercadorias, R\$ 641.115,86 ficou guardado em banco, parte deste valor é referente ao lucro acumulado retirado da DRE e o restante é recebimento das vendas efetuadas. Foram investidos R\$ 6.000,00 em móveis para a empresa, e R\$ 4.000,00 em equipamento para escritório, como computadores, telefones, impressoras entre outros. Tendo também uma depreciação acumulada registrada referente aos móveis de 10% ao ano totalizado o valor de 600,00 e também dos equipamentos de escritório de 10% ao ano, somando um valor de R\$ 400,00 totalizado a depreciação no valor de R\$ 1.000,00 para redução do ativo, pois ela entra como uma conta redutora dentro do balanço assim como também a amortização acumulada.

5.6 ANÁLISE DO CICLO FINANCEIRO E DO PONTO DE EQUILÍBRIO

Dentro de uma organização para podermos analisar quando haverá entrada de dinheiro desde a compra de mercadoria ou matéria prima até a venda destes produtos, é necessário realizar um cálculo bem simples, chamado ciclo financeiro.

O ciclo financeiro (CF) é um método simples e eficaz para uma empresa conseguir se organizar melhor em suas compras de mercadoria ou matéria prima, o parcelamento com o fornecedor das mesmas, até a venda, pois, ele auxilia não só em saber qual será o prazo de recebimento destes produtos vendidos, mas, também no capital de giro que a empresa poderá obter dentro de um determinado período.

Não só o ciclo financeiro, mas existe também outros métodos que auxiliam na quantidade de produtos que poderá ser comprado, e quando deverá ser adquirido, denominados: ciclo operacional (CO); ciclo de caixa (CC); idade média do estoque (IME); prazo médio de cobrança (PMC) e; prazo médio de pagamento (PMP). No quadro 05 podemos analisar todos os itens citados acima da empresa Maffer.

Tabela 05 – Análises dos ciclos

Análise dos Ciclos	
Legendas	
PMC = Prazo Médio de Cobrança	CO = Ciclo Operacional
PMP = Prazo Médio de Pagamento	CX = Ciclo de Caixa
IME = Idade Média de Estocagem	GC = Giro de Caixa
Indicadores de Atividade	
Idade Média de Estocagem	22 dias
Prazo Médio de Pagamento Fornecedores	28 dias
Giro do Estoque = $360/IME$	16 Giros/Ano
Prazo Médio de Cobrança	27 dias
Ciclo Operacional - $IME + PMC$	50 dias
Ciclo de Caixa = $CO - PMP$	21 dias
Giro de Caixa =	6 Giros/Ano
Capital Necessário a cada GC = $Despesas\ Operacionais / GC$	R\$ 569.283,96

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Depois de analisados os ciclos conforme a tabela acima, notasse que os indicadores de atividades apresentado na tabela 05 entendesse um pouco da administração financeira da empresa através das análises de ciclo. A idade média do estoque, que são as mercadorias que ficam na empresa em um período de 22 dias desde a compra deles, até a venda dos mesmos, tendo um giro de 16 vezes durante o ano em que é repostado este estoque.

O prazo médio de pagamento para os fornecedores é de 28 dias depois de efetuada as compras e recebido os produtos. Para a cobrança dos clientes o prazo médio de cobrança é de

27 dias. O ciclo operacional que tem início a partir da compra dos produtos ou matéria prima dos fornecedores até a venda final para os clientes, é de 50 dias. O ciclo de caixa ficou em 21 dias, que é o ciclo operacional menos o prazo de pagamento dos fornecedores.

O giro de caixa é de 6 giros ao ano, sendo que o capital necessário para cada giro de caixa é de R\$ 569.283,96. Através destas informações é necessário ter uma melhor gestão e administração dos negócios dentro de uma organização, principalmente no que se diz respeito a prazo de pagamentos com fornecedores, prazo médio para cobrança, o período em que as mercadorias ficam estocadas até sua venda, qual o prazo que este estoque deve se renovar, quantas vezes ele é renovado, e também qual o capital que é necessário para cada giro de caixa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo foi verificar o regime tributário adequado para uma empresa do comércio de ferragens. Para adquirir as informações foram feitas pesquisas em livros, sites, e uma entrevista pertencente ao ramo do comércio de ferragens com o responsável pela administração da empresa Tubopar Comércio de Ferros LTDA – EPP.

Através das informações obtidas foi realizado criação de uma empresa fictícia do mesmo ramo. Usando como modelo para elaboração, uma revenda de ferros em aço-carbono, tendo como principais produtos chapas, tubos e cantoneiras. Sendo ela uma sociedade limitada composta por três sócios.

A empresa constituída denominada Maffer Comércio de Ferragens LTDA, teve início a partir de um capital integralizado no valor de R\$ 100.000,00 e um empréstimo realizado no valor de R\$256.000,00 junto ao banco BNDES com uma taxa de juro anual de 7%, sendo que ao final do período de 2015 foram quitadas 12 parcelas, ou seja, metade do empréstimo pago. Ao final do ano de 2015, foi adquirido um lucro de R\$ 395.644,86 conforme demonstrativo anual.

Após realizada a análise de dados, através das três formas de tributação, que seriam o lucro real, presumido e simples nacional, o regime que mais se adequou a empresa criada foi o simples nacional, pelo fato da maior lucratividade que foi obtida ao final do período. Este regime foi adotado por conta de suas alíquotas serem as mais vantajosas e as que mais se encaixaram com a tributação e o faturamento da empresa. O simples nacional estabelece algumas normas que favorecem as micro e pequenas empresas em relação a arrecadação de tributos aplicados.

Os resultados desta pesquisa comprovam a importância da escolha do regime tributário no início de qualquer atividade empresarial é fundamental para a administração das despesas e aplicações que interferem no resultado da lucratividade de qualquer organização.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adler A. C. **A legalidade da fusão, cisão e incorporação de empresas como instrumentos de planejamento tributário.** Disponível em: <https://www.jus.com.br>. Acesso em agosto de 2016.

AÇO BRASIL. **O aço.** Disponível em: < <http://www.acobrasil.org.br>. Acesso em agosto de 2016.

BARROS, Aidil Jesus Paes de & SOUZA, Neide Aparecida de. **Fundamentos de Metodologia.** São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

BRANGAFER. **Comércio de ferro e aço.** Disponível em: <http://www.braganfer.com.br>. Acesso em agosto de 2016.

CARLIN, Everson Luiz Breda. **Auditoria, planejamento e gestão tributária.** 1º ed. Curitiba: Juruá, 2008.

CHAVES, Francisco Coutinho. **Planejamento tributário na prática: gestão tributária.** 1º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CHRISTOVÃO, Daniela. **Guia Valor Econômico de Tributos.** 1º ed. São Paulo: Globo, 2002.

CIMM. **Definição – O que é Aços-carbono.** Disponível em: <http://www.cimm.com.br>. Acesso agosto de 2016.

CUNHA, Ricardo Thomazinho da. **Direito de defesa da concorrência: MERCOSUL e União Europeia.** 1º ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

EXCELENTE INFORMAÇÃO. **Aço Carbono.** Disponível em: <http://www.conteudomega.com.br>. Acesso em agosto de 2016.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária.** 10º ed. São Paulo: Atlas 2006.

FIGUEIREDO, Anelice M. Banhara et al. **Pesquisa científica e trabalhos acadêmicos.** Chapecó Arcus, 2012.

FONSCECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas S.A.,2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da administração financeira**. 2º Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

HACK, Érico. **Direito tributário**. 1º ed. Curitiba: IESDE, 2008.

HALL, Robert Ernest; LIEBERMAN, Max. **Microeconomia: princípios e aplicações**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentaria: matemática aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 11º ed. São Paulo: Atlas, 2014.

HUBBARD, R. Glenn / O'BRIEN Anthony Patrick. **Introdução à economia**. 2º ed. Porto Alegre: Bookman Editora LTDA, 2010.

INFOMET. **Relatório Setorial – Setor de aço no Brasil**. Disponível em: <http://www.costdrivers.com>. Acesso em agosto de 2016.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2004

KON, Anitta. **Economia industrial**. 1º ed. São Paulo: Nobel, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LATORRACA, Nilton. **Direito tributário: impostos de renda das empresas**. 15º Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEMES JUNIOR, Antônio Barbosa. **Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MARQUES, Wagner Luiz. **Contabilidade geral**. 1º ed. Paraná, Vera Cruz, 2010.

MEGLIORINI, Evandir. **Administração financeira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia: fundamentos e aplicações**. 1º ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MOCHÓN, Francisco. **Princípios da economia**. Francisco Mochón; tradução de Thelma Guimarães; revisão técnica de Rogério Mori. 1º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MOREIRA, José Carlos (Coord.). **Orçamento empresarial: manual de elaboração**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 1989.

NOGAMI, Otto. **Não Seja o Pato do Mercado Financeiro: as aventuras do pato rico**. São Paulo: Avercamp, 2004.

PARENTE, Juracy Gomes. O sistema de informação de marketing e a pesquisa de marketing. *In*: DIAS, Sergio Roberto (Coord). **Gestão de marketing**: Professores de Departamento de Mercadologia da FGV-EAESP e Convidados. São Paulo: Saraiva, 2003.

POHLMANN, Marcelo Coletto. **Contabilidade tributária**. 1º ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Simples nacional ou “super simples”**. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br>. Acessado em: 02 de agosto de 2016.

RECEITA FEDERAL. **Simples nacional**. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br>. Acesso em agosto de 2016.

SÀ, Antonio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, Lourivaldo Lopes da. **Contabilidade Geral e Tributária**. 8º ed. IOB, 2010.

SOUZA, Ailton Fernando de. **Contabilidade na pratica**. 1º ed. São Paulo: Trevisan, 2014.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez / NEVES, Sivério das. **Introdução à economia**. 6º ed. São Paulo: Frase Editora, 2003.

WAGNER, Roberto Machado. **Economia I – Apostila**. Edição própria. 2007.